

AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E A PRODUTIVIDADE SISTÊMICA DA ECONOMIA BRASILEIRA: OBSTÁCULO OU FATOR DE CRESCIMENTO?¹

Mauro Oddo Nogueira²

Larissa de Souza Pereira³

1 INTRODUÇÃO

A importância social e, principalmente, econômica das empresas de pequeno porte – micro, pequenas e médias empresas (MPEs) – é fato inconteste para todas as economias do mundo. No Brasil em particular, esse segmento adquire relevância ainda maior, seja pela sua expressiva participação no agregado econômico, seja pelas implicações de suas especificidades na conformação da produtividade sistêmica da economia nacional.

A representatividade do segmento na economia nacional pode ser constatada pela tabela 1.

TABELA 1

Empresas e pessoas ocupadas por porte (2011)

Porte	Número de firmas	Firmas (%)	Pessoal ocupado ¹	Pessoal ocupado (%)
Microempreendedor individual (MEI)	1.664.447	22,5	1.698.999	4,5
Microempresas	4.685.702	63,3	10.181.308	27,0
Pequenas empresas	891.659	12,0	8.590.473	22,7
Médias e grandes empresas	159.908	2,2	17.292.138	45,8
Total	7.401.716	100,0	37.762.918	100,0

Fonte: Cadastro Sebrae de Empresas (CSE).

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Os dados disponíveis referem-se ao número de empregados. Para estimar-se o “pessoal ocupado”, considerou-se que cada empresa conta com um sócio-gerente.

Como se pode notar, em 2011 as empresas de pequeno porte – incluindo uma ainda diminuta parcela de MEIs – representavam quase 98% do total de empresas no país e ocupavam mais da metade dos trabalhadores formais. Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae, 2012), essas empresas responderam por 39,7% da renda do trabalho naquele ano. Além disso, o Sebrae (2014) também aponta que, em 2009, as empresas de pequeno porte contribuíam com 27% na formação do produto interno bruto (PIB) brasileiro.

Todavia, como se verá neste estudo, a despeito de seu peso na economia nacional, o segmento ainda padece de níveis de produtividade consideravelmente baixos quando comparados àqueles das firmas de maior porte. Esse fato tem importantes implicações na conformação da produtividade sistêmica da economia e, por conseguinte, na criação das condições objetivas para o desenvolvimento e para a promoção da equidade social.

Este artigo contém quatro seções, além desta introdução. A seção 2 apresenta uma análise da dinâmica da produtividade sistêmica no país e das possíveis implicações da magnitude do hiato de produtividade entre empresas de diferentes portes no comportamento desse indicador. A seção 4 faz uma análise da produtividade das MPEs brasileiras comparativamente às firmas médias e grandes. A seção 5 compara essa realidade com a de alguns outros países da América Latina e da Europa. Por fim, a seção 5, à guisa de considerações finais, sintetiza o conjunto deste trabalho e suas observações e conclusões.

1. Os autores agradecem a Flávio Magheli, coordenador de Indústria do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e sua equipe pelo fornecimento dos dados utilizados neste trabalho referentes ao valor adicionado da Pesquisa Industrial Anual (PIA) e da Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC).

2. Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura (Diset) do Ipea.

3. Estagiária em Economia da Diset do Ipea.

2 A QUESTÃO DA PRODUTIVIDADE SISTÊMICA NO BRASIL

As mudanças no cenário econômico mundial fizeram com que os estudos da economia deixassem de concentrar seu foro quase que exclusivamente nas questões macroeconômicas, trazendo outros temas para a pauta de debates. Um desses temas, que ganha cada vez mais relevância, é o da produtividade. É cada vez mais consensual que a busca pelo crescimento econômico deve incluir, em sua pauta, a busca pelo aumento da produtividade das empresas individualmente e, por conseguinte, da economia como um todo.

Nesse contexto, inúmeros estudos sobre a produtividade vêm sendo conduzidos por todo o mundo. Para que se possa entender a realidade brasileira no que se refere a essa variável, pode-se lançar mão de um recente estudo conduzido pelo Ipea e pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), publicado no livro *Por um desenvolvimento inclusivo: o caso do Brasil* (Infante, Mussi e Nogueira, 2015), que apresenta um retrato realizado a partir de diversas perspectivas, recortes e dinâmicas temporais sobre a problemática da produtividade do trabalho na economia brasileira.

Naquele trabalho alguns pontos chamam particularmente a atenção. O primeiro deles se encontra no estudo de Squeff e Nogueira (2015), que analisa a evolução da produtividade da economia brasileira desde 1950 até 2009. Os autores observam que, a despeito das profundas mudanças econômicas, políticas e na estrutura produtiva que o país vivenciou ao longo dessas décadas, “a dinâmica da produtividade pouco se alterou”. Ou seja, apesar de uma profunda mudança em sua estrutura produtiva, transformando-se de um país essencialmente agrário para uma economia industrial, moderna e diversificada, o Brasil ainda é marcado por significativos diferenciais de produtividade entre os diversos setores de sua economia e ainda não apresenta sinais de uma trajetória de convergência.

O segundo trabalho, de Nogueira e Oliveira (2015), traz um olhar sobre os hiatos de produtividade existentes entre firmas do mesmo setor econômico ao longo da última década. Mais uma vez se constata que, independentemente do setor, esses diferenciais são significativos e vêm se mostrando persistentes no tempo.

Por fim, o livro de Infante, Mussi e Nogueira (2015) tenta estabelecer uma contextualização desse hiato de produtividade, ou heterogeneidade estrutural, do Brasil em relação a outros países. Nele, Infante (2015) apresenta uma comparação entre a situação brasileira e a de Portugal, considerado por eles como um dos menos desenvolvidos da União Europeia e que, por isso, poderia ser classificado como o país no “limiar do desenvolvimento”. Chama a atenção no estudo o fato de que nossa produtividade média do trabalho, em 2009, situava-se em torno da metade da observada naquele país. A par disso, considerando três estratos distintos de produtividade – alta, média e baixa – evidencia-se que os estratos de alta produtividade de ambos os países apresentam desempenho praticamente idênticos. Todavia, a produtividade do estrato de média produtividade no Brasil representa pouco mais de 40% daquela de Portugal, enquanto o de baixa fica em torno de 20%, isto é, aproximadamente um quinto da produtividade portuguesa.

Isso torna evidente um fato: o que torna baixa a produtividade média da economia brasileira não é o desempenho das nossas firmas mais dinâmicas, uma vez que estas se posicionam nos mesmos patamares das congêneres dos países mais avançados. A média brasileira é puxada para baixo pelos estratos de baixa produtividade. É, portanto, sobre eles que devemos nos debruçar a fim de identificarmos os fatores que seriam capazes de superar esse quadro. É como uma contribuição para isso que na seção 3 deste estudo está apresentada uma análise do papel do porte das MPEs brasileiras na construção dessa realidade.

3 A QUESTÃO PRODUTIVIDADE X PORTE

A questão colocada neste artigo é de se apresentar um estudo preliminar sobre a dinâmica da produtividade das empresas de diferentes portes e suas implicações na conformação da produtividade sistêmica da economia brasileira.

Esta seção está subdividida em duas subseções. Na primeira há um relato sobre a metodologia utilizada para a construção dos dados; na segunda, estão algumas das observações derivadas da análise desses dados.

Conforme se verá, este estudo muitas vezes não se reveste – nem assim se pretende – de caráter conclusivo. Trata-se, antes, de um estudo preliminar que, muitas vezes apresenta caráter exploratório e que, portanto, busca levantar questões e hipóteses sobre o comportamento da produtividade que mereçam ser objeto de investigações mais aprofundadas.

3.1 Metodologia

A variável de trabalho deste estudo é a produtividade do trabalho, definida como o valor adicionado gerado por trabalhador, ou seja, a razão entre o valor adicionado e o pessoal ocupado. Optou-se por analisar a relação das produtividades médias entre os estratos de porte (razão de produtividades), e não seus valores em nível. Além de explicitar mais claramente o que se deseja observar – que são as diferenças de produtividade –, com essa opção evitam-se as questões relacionadas ao deflacionamento dos valores – mesmo porque o Sistema de Contas Nacionais, do qual derivam os deflatores setoriais, não apresenta seus resultados desde 2009.

Os dados utilizados foram obtidos nas seguintes pesquisas setoriais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): *i*) Pesquisa Industrial Anual (PIA); *ii*) Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC); *iii*) Pesquisa Anual de Serviços (PAS); e *iv*) Pesquisa Anual de Comércio (PAC). As variáveis utilizadas foram: *i*) número de empresas ativas; *ii*) pessoal ocupado; e *iii*) valor adicionado para o período 2007-2012. Os dados apresentados neste trabalho foram retirados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra), exceto o valor adicionado da PIA e da PAIC, que foi obtido por meio de tabulação especial fornecida pelo IBGE. Os dados fornecidos para a indústria referem-se ao agregado do setor, englobando indústrias de transformação e extrativa, sem divisões em atividades.

Os dados foram agrupados segundo as atividades econômicas das Contas Nacionais (CN). As classificações das CN eram apresentadas segundo a Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE) 1.0, ao passo que as pesquisas setoriais se utilizavam da classificação CNAE 2.0, a dois dígitos, o que fez necessária a conversão dos dados das CN de CNAE 1.0 para CNAE 2.0.

O IBGE faz uso do seguinte critério de classificação de porte de empresas segundo o pessoal ocupado e o setor econômico:

- indústria e construção civil: microempresa – até dezenove empregados; pequena empresa – de vinte a 99 empregados; média empresa – de cem a 499 empregados; e grande empresa – mais de quinhentos empregados;
- serviços e comércio: microempresa – até nove empregados; pequena empresa – de dez a 49 empregados; média empresa – de cinquenta a 99 empregados; e grande empresa – mais de cem empregados.

Contudo, os dados da PAS apresentados no Sidra não permitem esse agrupamento, possibilitando apenas a conformação de dois estratos: MPEs; e médias e grandes empresas. Assim sendo, esse foi o agrupamento utilizado para todos os setores.

Uma vez que os o valor adicionado divulgado na PAS refere-se aos agregados das atividades, sem estratificação por porte, foi necessário calculá-lo. O valor adicionado é definido como valor bruto da produção menos o consumo intermediário. Porém, essas variáveis somente estão disponíveis para faixas de até dezenove pessoas ocupadas e vinte ou mais. Desse modo, para as atividades de serviços, este estudo considerou como MPEs as empresas com até dezenove pessoas ocupadas. A expectativa em relação a essa aproximação é de que o indicador produzido (razão de produtividade) se apresente como mais favorável. Há expectativa de que a produtividade das firmas de menor porte seja inferior; assim sendo, a transferência destas para o estrato de empresas de maior porte resultaria em uma redução de ambos os valores adicionados, efeito que se anularia na razão entre os valores. Todavia, dado o fato de que, normalmente, as empresas de menor porte respondem por uma parcela maior de pessoal ocupado, o impacto negativo na produtividade média tende a ser maior no estrato das firmas de médio e grande portes. Ou seja, para faixas que fogem ao critério de classificação por porte do IBGE.

Além disso, o dado referente a “outros custos e despesas operacionais” inclui o “pagamento de Programa de Integração Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins) sobre outras receitas”, que não faz parte do consumo intermediário. Portanto, foi necessário realizar uma estimativa desse valor pago. Para tal estimativa calculou-se a diferença entre o valor adicionado informado pela PAS para o agregado das atividades e o valor adicionado da soma dos estratos de porte calculado utilizando-se o valor de “outros custos e despesas operacionais”. Considerou-se que essa diferença refere-se exatamente ao valor do “pagamento de PIS/Cofins sobre outras receitas”. Verificou-se, então, quanto esse valor representava em percentual do total da rubrica “outras receitas”. Esses percentuais foram então aplicados a essa rubrica em cada estrato de porte a fim de estimar-se seu montante para abatimento no consumo intermediário.

No conjunto de atividades, algumas não foram integradas ao estudo, a saber: *i)* educação e saúde, uma vez que nas CN ambos os setores incluem os serviços públicos; e *ii)* administração pública e seguridade social. Para todos esses casos o valor adicionado é estimado basicamente a partir da massa salarial, não se prestando, portanto, para o cálculo da produtividade do trabalho. Do mesmo modo, as atividades de intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados, assim como as de atividades imobiliárias e aluguéis também não foram consideradas em função de seus valores adicionados serem definidos a partir de imputações. Finalmente, por questões de compatibilidade entre classificações de atividades, também foram desconsiderados os serviços agropecuários.

Dada a natureza do estudo realizado neste artigo, considerou-se que essas exclusões não comprometeriam seus resultados.

3.2 Resultados

Na tabela 1 estão apresentados os resultados das razões da produtividade média do trabalho entre médias e grandes empresas e MPEs para onze atividades econômicas. A tabela está ordenada de forma decrescente para os valores do último ano da série, 2012, e nela estão destacados os casos nos quais a produtividade das empresas de pequeno porte é maior do que a das de maior porte, isto é, com razões de produtividades menores do que 1.

De modo geral, os resultados vão ao encontro do que seria esperado. Confirma-se a expectativa de mais alta produtividade nas maiores empresas, o que se verifica em praticamente todas as atividades observadas. Há três exceções: construção civil, para os três primeiros anos da série; serviços prestados às empresas, em toda a série; e *utilities*, nos anos de 2009 e 2012.

Esses casos merecem ser objeto de uma análise mais detalhada que, a partir da decomposição das atividades em suas respectivas subatividades, permita observar quais são os fatores responsáveis por esses resultados. Todavia, algumas suposições podem ser feitas de antemão.

TABELA 2

Razões de produtividade do trabalho entre médias e grandes empresas e MPEs (2007-2012)

Atividade	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação total (%)	Variação anual média (%)
Serviços de informação	4,52	3,97	3,63	2,94	2,76	2,76	-38,97	-9,40
Indústria (extrativa + transformação)	2,89	3,21	2,70	2,73	2,59	2,35	-18,62	-4,04
Comércio	1,96	2,16	2,01	2,04	1,92	1,74	-11,24	-2,36
Serviços prestados às famílias e associativas	1,06	1,13	1,39	1,33	1,53	1,49	40,50	7,04
Serviços domésticos	1,73	1,65	1,67	1,61	1,50	1,49	-13,95	-2,96
Serviços de alojamento e alimentação	1,61	1,89	1,69	1,78	1,72	1,48	-8,30	-1,72
Serviços de manutenção e reparação	1,73	1,63	1,52	1,33	1,47	1,46	-15,50	-3,31
Transporte, armazenagem e correio	1,53	1,43	1,48	1,43	1,38	1,43	-6,23	-1,28
Construção civil	0,85	0,88	0,94	1,03	1,02	1,09	28,71	5,18
Serviços prestados às empresas	0,67	0,59	0,61	0,65	0,65	0,66	-0,73	-0,15
<i>Utilities</i> ¹	1,44	1,12	0,96	1,17	1,11	0,54	-62,37	-17,75
Total da economia	2,12	2,12	1,91	1,92	1,87	1,73	-18,49	-4,01

Fonte: IBGE (2015a; 2015b; 2015c; 2015d).

Elaboração dos autores

Nota: ¹ Não inclui energia e captação de água.

No caso da construção civil, há uma incidência significativa de informalidade, principalmente nas microempresas e nas empresas individuais. Uma vez que os dados utilizados neste artigo não incorporam esses empreendimentos, é de se supor que os valores da produtividade das empresas de menor porte esteja superdimensionado. Os dados da tabela 3 reforçam essa hipótese. Essa atividade se caracteriza por uma miríade de pequenos empreendimentos e trabalhadores autônomos; provavelmente uma das atividades econômicas em que isso seja mais notável. Contudo, na tabela 3 é uma das atividades que aparece com a menor participação de pequenas empresas no total do setor, sendo superada apenas pelas *utilities*, atividade que caracteriza-se pelo pouco espaço de operação para empresas de menor porte. Também na tabela 3 é possível observar que, a despeito das características da atividade, as MPEs aparecem também com uma baixa taxa de participação no pessoal ocupado. É de se supor, portanto, que a grande massa de pequenos empreendimentos da construção civil não esteja contemplada pela pesquisa. Esta incluiria apenas aqueles estabelecimentos mais bem estruturados e, portanto, com maiores expectativas de produtividade.

No caso das *utilities*, há uma característica que é inerente ao setor. Essas atividades não dão margem a operações precárias, sendo normalmente bastante intensivas em capital. Isso pode ser percebido pelo fato de ser o setor com menor participação das pequenas empresas (tabela 3). Dadas essas características, é de se esperar que mesmo as firmas de menor porte tenham níveis de produtividade equivalentes aos das maiores. De todo modo, o que se observa na tabela é um comportamento idiossincrático que, para ser devidamente compreendido, requer uma análise em um maior nível de granularidade da composição da atividade.

Por fim, no caso dos serviços prestados às empresas, a própria composição do setor parece ser capaz de explicar o fenômeno. Esse setor reúne basicamente dois tipos de empresas: as intensivas em conhecimento, marcadamente de consultoria e de assessoria técnica das mais diversas modalidades (engenharia, contabilidade, advocacia, *marketing* etc.); e as intensivas em mão de obra, que são as empresas de terceirização de limpeza, segurança etc. O primeiro grupo é principalmente composto por MPEs que, por sua própria natureza, tendem a ter elevados patamares de produtividade do trabalho. Já o segundo é composto por firmas de maior porte e que, também por sua natureza, tendem a ter menores índices de produtividade. Isso explicaria a situação atípica dessa atividade.

TABELA 3

Participação de MPEs no total da atividade (2012)

(Em %)

Atividade	Pessoal ocupado	Número de firmas
Serviços de informação	28,81	94,40
Indústria (extrativa + transformação)	22,84	88,28
Comércio	54,57	96,45
Serviços prestados às famílias e associativas	59,86	95,89
Serviços domésticos	66,15	96,52
Serviços de alojamento e alimentação	52,56	93,16
Serviços de manutenção e reparação	73,82	97,65
Transporte, armazenagem e correio	21,51	91,95
Construção civil	21,75	86,30
Serviços prestados às empresas	24,65	94,22
<i>Utilities</i> ¹	11,66	85,66
Total da economia	49,64	96,29

Fonte: IBGE (2015a; 2015b; 2015c; 2015d).

Elaboração dos autores

Nota: ¹ Não inclui energia e captação de água.

De todo modo, todas essas são hipóteses iniciais que merecem ser verificadas mais acuradamente.

Outra atividade com comportamento aparentemente atípico é a de serviços de informação, geralmente intensiva em conhecimento, independentemente do porte da empresa. Chama atenção o fato de que foi em tal atividade que as maiores empresas registraram a maior discrepância de produtividade em relação às menores. Somente uma análise detalhada dos dados em uma maior granularidade permitirá compreender o fenômeno.

O fato positivo nos dados apresentados é que em quase todas as atividades consideradas os desníveis de produtividade vêm em uma trajetória decrescente. As exceções são a construção civil e os serviços prestados às famílias.

Todavia, antes de se interpretar esse comportamento como positivo, há um aspecto a ser considerado. Conforme citado, os valores referem-se às razões de produtividades. Uma convergência pode ser resultado não de um aumento na produtividade das MPEs, mas sim de uma queda na produtividade das empresas de maior porte. Isso somente poderia ser verificado em uma análise em nível das produtividades. Contudo, neste momento não estão ainda disponíveis os deflatores que permitiriam a realização dessa análise.

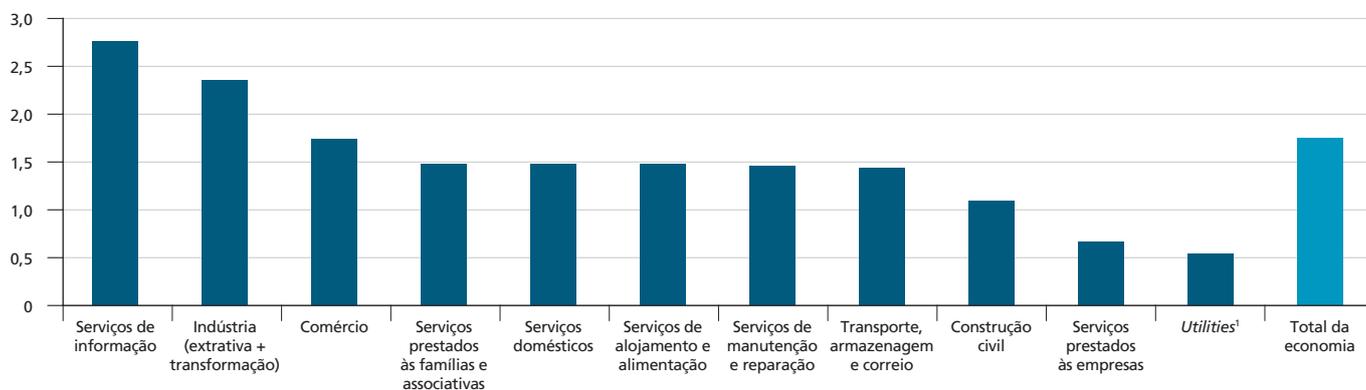
As exceções citadas também são casos que merecem um estudo mais acurado, especialmente nos serviços prestados às famílias, em que a razão de produtividade cresceu a uma taxa superior a 7% ao ano.

Do ponto de vista da composição da produtividade sistêmica da economia nacional, o gráfico 1 oferece uma visão que em muito auxilia sua compreensão. O gráfico apresenta as razões de produtividade para o ano de 2012, último da série. Nele podem ser identificados três grupos distintos de atividades, dois deles compostos por apenas duas atividades e que se posicionam nos extremos de elevada e de baixa razões de produtividade. A construção civil situa-se em um patamar intermediário entre esse grupo mediano e de razões reduzidas. Todavia, como destacado acima, possivelmente essa razão não espelha a realidade do segmento.

Observa-se no gráfico que a razão média de produtividades do total da economia (barra azul clara) situa-se consideravelmente próxima do patamar mediano, com valor levemente maior. Ao se verificar, na tabela 4, a participação que essas sete atividades têm no conjunto da economia, constata-se que não poderia ser diferente. Tais atividades respondem, juntas, por 55,2% do pessoal ocupado, 74,6% das firmas e 43% do valor adicionado.

GRÁFICO 1

Razões de produtividade do trabalho entre médias e grandes empresas e MPEs (2012)



Fonte: IBGE (2015a; 2015b; 2015c; 2015d).

Elaboração dos autores

Nota: ¹ Não inclui energia e captação de água.

Contudo, há uma atividade que tem isoladamente significativo peso na composição do agregado e cuja razão de produtividade se situa em um patamar bastante elevado, sendo responsável pelo fato da razão de produtividades média do total da economia situar-se pouco acima dos valores medianos: trata-se da indústria. Respondendo por mais de um quarto do pessoal ocupado (26,5%) e mais de um terço do valor adicionado (36,9%), seu peso na composição do agregado é significativo. É bem verdade tratar-se de um setor intensivo em capital; portanto, mais favorável a empresas de maior porte, especialmente na indústria extrativista. Isso fica evidente na tabela 3, pela baixa participação de MPEs no setor, e na tabela 4, pela quantidade relativamente baixa do número de firmas no total da economia: 10,6%.

A despeito dessa característica intrínseca, uma diferença de produtividades entre as firmas de diferentes portes da ordem de 2,5 vezes não pode ser encarada como natural ou como fenômeno insuperável. É também um setor que merece ser atentamente analisado, a fim de identificarem-se os fatores que conduzem a esse desempenho, de modo a desenvolverem-se mecanismos de políticas públicas que possam vir a modificá-lo.

TABELA 4
Participação na economia (2012)
(Em %)

Atividades	Pessoal ocupado	Número de empresas	Valor adicionado
Serviços de informação	2,8	2,9	7,6
Indústria (extrativa + transformação)	26,5	10,6	36,9
Comércio	30,8	52,1	22,3
Serviços prestados às famílias e associativas	0,5	1,0	0,2
Serviços domésticos	0,7	1,6	0,3
Serviços de alojamento e alimentação	5,9	8,0	2,7
Serviços de manutenção e reparação	1,2	3,4	0,6
Transporte, armazenagem e correio	7,6	5,1	8,6
Construção civil	8,5	3,4	8,3
Serviços prestados às empresas	14,8	11,7	11,9
Utilities ¹	0,7	0,2	0,6
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE (2015a; 2015b; 2015c; 2015d).

Elaboração dos autores

Nota: ¹ Não inclui energia e captação de água.

4 COMPARAÇÃO INTERNACIONAL

Os resultados apresentados na seção anterior oferecem um retrato da realidade no Brasil, mas isoladamente não permitem avaliar em que medida esse quadro tem peso significativo na problemática da produtividade brasileira. Para isso, uma comparação internacional permite uma qualificação mais consistente da questão.

Uma publicação da OCDE e Cepal (2012) fornece o primeiro indicador para comparação. Seus dados estão reunidos no gráfico 2.

Como se pode observar, o hiato de produtividade entre empresas de diferentes portes é consideravelmente maior nos países periféricos – incluindo o Brasil – do que nos europeus representados neste artigo. As diferenças são ainda mais notáveis para as firmas menores, as MPÉs. Portanto, mesmo admitindo-se que, em virtude da natural maior intensidade de capital das firmas de maior porte, o que significaria produtividades mais elevadas, os hiatos não são, necessariamente, da magnitude que se apresentam no Brasil. Note-se, inclusive, que mesmo na comparação entre os países europeus, aqueles considerados mais desenvolvidos têm menores desníveis no indicador.

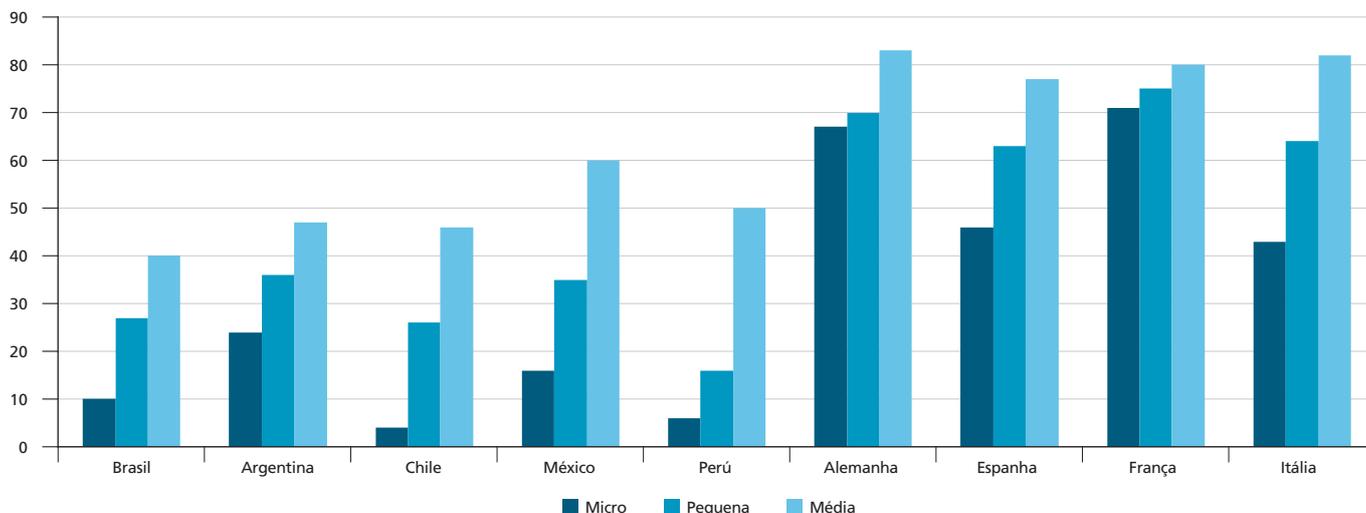
A fim de ampliar a abrangência da comparação e fazer uso de um indicador semelhante ao que foi apresentado neste estudo para o caso brasileiro, foi realizada neste trabalho uma tabulação a partir de dados fornecidos pelo European Union Statistical Office (EUROSTAT). Essa base fornece informações estratificadas por porte para os países da União Europeia para os anos de 2010, 2011 e 2012. Contudo, não há informações disponíveis para todos os países em todos os anos. Em virtude disso foi escolhido o ano de 2011 como sendo o que apresenta dados para o maior número de países (dezenove).

É importante destacar que, em função de diferenças metodológicas nas bases originais de dados, algumas ressalvas devem ser feitas em relação à comparação dos indicadores construídos neste estudo com aqueles produzidos para o Brasil.

GRÁFICO 2

Produtividade relativa em países selecionados da América Latina e OCDE

(Em % da produtividade das grandes empresas)



Fonte: OCDE e Cepal (2012).

Elaboração dos autores.

Em primeiro lugar, há uma diferença de critério na classificação do porte das empresas. O EUROSTAT classifica como MPE aquelas com até quarenta pessoas ocupadas, independentemente do setor de atividade. No caso dos dados utilizados, a classificação foi determinada de acordo com os as estratificações disponíveis. Em se tratando da indústria e da construção civil, prevaleceu o critério de classificação do IBGE, que considera como MPE as empresas com até 99 pessoas ocupadas. Já para os serviços, a divergência de recortes ocorreu no sentido oposto. Conforme descrito anteriormente, os dados permitiram a consolidação somente em duas faixas: até dezenove pessoas ocupadas e vinte ou mais. Essas faixas foram, estão, definidas para este trabalho como “micro e pequenas empresas” e “médias e grandes empresas”. Não há como, em nenhum dos dois casos, estimar a direção do viés resultante; porém, como as duas diferenças de critério ocorrem em direções contrárias, é lícito supor que, em alguma medida, estas se anulem, reduzindo a distorção resultante.

O segundo aspecto metodológico a ser considerado é o fato de que os dados do EUROSTAT são produzidos a partir das CN dos diversos países; assim sendo, incorporam alguma estimativa das atividades informais. Já os dados utilizados para o Brasil provêm das pesquisas setoriais, que contemplam apenas a economia formal. Como os empreendimentos formais se caracterizam pelo pequeno porte e pela baixa produtividade, é lícito supor que, caso estes viessem a ser incorporados aos dados utilizados para o cálculo do indicador brasileiro, a produtividade média do estrato das MPEs reduziria-se bastante, produzindo um aumento no indicador da relação de produtividades.

Na tabela 5 estão apresentados os resultados das razões de produtividade por porte para o Brasil e para dezenove países da União Europeia no ano de 2011, em ordem crescente. Estão assinalados em *itálico* os valores em que a razão de produtividade é maior do que a brasileira.

TABELA 5

Brasil e países da União Europeia: razão de produtividades do trabalho entre estratos de portes de firmas (2011)

País	Razão média e grande/micro e pequena	Diferença para o Brasil (%)
Brasil	1,87	-
1 Noruega	0,80	132,10
2 Luxemburgo	1,09	71,55
3 Reino Unido	1,16	60,21
4 Malta	1,17	59,92
5 Finlândia	1,24	50,75

(Continua)

(Continuação)

	País	Razão média e grande/micro e pequena	Diferença para o Brasil (%)
6	Estônia	1,27	47,37
7	Suécia	1,34	38,84
8	Áustria	1,51	23,74
9	Eslováquia	1,52	22,77
10	Eslovênia	1,56	19,25
11	Bélgica	1,57	18,46
12	Letônia	1,70	9,96
13	Lituânia	1,79	4,44
14	Espanha	1,79	4,29
15	Croácia	1,80	3,68
16	República Tcheca	1,89	-1,07
17	Bulgária	2,00	-6,91
18	Hungria	2,22	-15,95
19	Polônia	2,51	-25,57

Fonte: IBGE (2015a; 2015b; 2015c; 2015d); Eurostat (2015).
Elaboração dos autores.

Como pode-se observar, apenas quatro, entre os dezenove países, têm um hiato de produtividade entre as empresas de menor e de maior porte superior ao verificado no Brasil. Se forem observados esses países, bem como aqueles em que a razão de produtividade, mesmo sendo inferior à brasileira, é próxima desta, verifica-se que grande parte deles são países com taxas consideráveis de economia informal. Caso esse segmento não fizesse parte da estatística, como no caso brasileiro, muito provavelmente o quadro seria ainda mais desfavorável para o Brasil.

Chamam particularmente atenção o caso da Noruega, em que as MPEs são mais produtivas que as médias e grandes empresas, e de Luxemburgo, em que as empresas de maior porte são somente 9% mais produtivas que as MPEs.

Fica, portanto, evidente a contribuição das MPEs na composição dos baixos valores da produtividade média da economia nacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apontou para duas questões. A primeira delas é a de que há um significativo hiato entre as produtividades das firmas de pequeno porte em relação às médias e grandes no Brasil, hiato que se torna evidente ao se comparar as diferenças de produtividades (razões de produtividade) entre essas empresas brasileiras com a realidade dos países mais desenvolvidos da União Europeia.

A segunda é que essa baixa produtividade, associada ao peso que as empresas de pequeno porte têm na economia brasileira – seja em número de empresas, seja em pessoal ocupado ou em valor adicionado – parece ser o componente principal da baixa produtividade sistêmica da economia do país.

Ao se observar a realidade das empresas mais produtivas da economia brasileira – a maioria delas de grande porte –, é possível supor que seus patamares de produtividade sejam equivalentes aos das suas congêneres dos países mais desenvolvidos. Os dados comparativos com Portugal oferecem um indicativo disso. Ademais, essas empresas, em sua maioria, ou são subsidiárias de grandes grupos internacionais, ou são empresas brasileiras que operam competitivamente no mercado global. Essa realidade é também um indício da validade dessa suposição. Assim, confirmando-se essa hipótese, não seria possível esperar aumentos significativos de suas produtividades no curto ou no médio prazos.

Por outro lado, sendo elas, em sua maioria, intensivas em capital e, dada as limitações evidentes de aumento de suas participações nos mercados em que operam, não se pode supor que possam absorver o enorme contingente de pessoal hoje ocupado nas firmas de baixa produtividade. Portanto, uma mudança na estrutura ocupacional também não pode ser esperada.

Assim, para um aumento sistêmico da produtividade que não esteja baseado na eliminação pura e simples dos postos de trabalho de baixa produtividade, se pressupõe que os esforços de políticas nesse sentido se concentrem naquelas empresas de baixa produtividade que, pelo apontado neste artigo, parecem ser exatamente as MPEs.

À primeira vista poder-se-ia supor que essas empresas seriam, então, os grandes obstáculos para o crescimento nacional. Mas, ao que tudo indica, a realidade é exatamente a oposta. Este trabalho, como salientado, é um estudo preliminar que aponta caminhos de pesquisa e sugere hipóteses. Porém, uma observação da realidade das MPEs – caracterizadas por baixíssimo conteúdo tecnológico e baixíssimas qualificações em gerenciamento – indica que, caso confirmadas tais hipóteses, essas empresas representariam, na verdade, a grande oportunidade de desenvolvimento do país. Isso porque essa realidade, combinada com a magnitude do hiato, parece apontar para o fato de que medidas não muito complexas e também não muito onerosas podem ter impactos significativos na produtividade das MPEs e, conseqüentemente, na produtividade sistêmica da economia brasileira.

REFERÊNCIAS

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Industrial Anual**: PIA 2007 a 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2015a.

_____. **Pesquisa Anual da Indústria da Construção**: PAIC 2007 a 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2015b. Disponível em: <<http://goo.gl/c312tr>>.

_____. **Pesquisa Anual de Serviços**: PAC 2007 a 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2015c.

_____. **Pesquisa Anual de Comércio**: PAC 2007 a 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2015d.

INFANTE, R. Brasil no limiar do desenvolvimento: um exercício de convergência produtiva. *In*: INFANTE, R.; MUSSI, C.; NOGUEIRA, M. O. (Eds.). **Por um desenvolvimento inclusivo**: o caso do Brasil. Santiago; Brasília: Cepal; Ipea, 2015. No prelo.

INFANTE, R.; MUSSI, C.; NOGUEIRA, M. O. (Eds.). **Por um desenvolvimento inclusivo**: o caso do Brasil. Santiago; Brasília: Cepal; Ipea, 2015. No prelo.

EUROSTAT – EUROPEAN UNION STATISTICAL OFFICE. **Institucional**. Luxemburgo: European Union, 2015. Acesso em: 10 fev. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/OgRu41>>.

NOGUEIRA, M. O.; OLIVEIRA, J. M. Uma análise da heterogeneidade intrassetorial no Brasil na última década. *In*: INFANTE, R.; MUSSI, C.; NOGUEIRA, M. O. (Eds.). **Por um desenvolvimento inclusivo**: o caso do Brasil. Santiago; Brasília: Cepal; Ipea, 2015. No prelo.

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Perspectivas económicas de América Latina 2013**: políticas de pymes para el cambio estructural. Santiago: Naciones Unidas, 2012.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa**: 2010-2011. 5. ed. Brasília: Sebrae, 2012.

_____. **Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira**. Brasília: Sebrae, 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/efD8GH>>.

SQUEFF, G. C.; NOGUEIRA, M. O. A heterogeneidade estrutural no Brasil de 1950 a 2009. *In*: INFANTE, R.; MUSSI, C.; NOGUEIRA, M. O. (Eds.). **Por um desenvolvimento inclusivo**: o caso do Brasil. Santiago; Brasília: Cepal; Ipea, 2015. No prelo.